

NUESTRA AMÉRICA XXI

DESAFÍOS Y ALTERNATIVAS

GRUPO DE TRABAJO CLACSO
CRISIS Y ECONOMÍA MUNDIAL

CLACSO  **50 AÑOS**

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

#3

Enero 2017

SEC- CIO- NES:

2 - 5
Crisis y Economía Mundial

6 - 10
Países y Regiones

11 - 12
Temas

12
Estadísticas

13
Nota Especial

NO QUINTAL DE TRUMP

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO JR.

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos explicita o grave impasse econômico e político gerado pela crise estrutural que abala o sistema capitalista mundial, cuja essência reside em última instância na absoluta impotência da sociedade nacional para conter as taras do capital. Sem questionar os pilares da ordem global, o raio de manobra da política econômica é mínimo e não há como evitar os efeitos devastadores da nova ofensiva do capital sobre o trabalho e o meio ambiente.

Na ausência de uma progressiva expansão do mercado mundial e correspondente desenvolvimento das forças produtivas, as tendências recessivas que decorrem da presença de um gigantesco excedente absoluto de capital são levadas ao paroxismo. Sem enfrentar o controle absoluto da opinião pública pelos grandes meios de comunicação e a captura do parlamento pelo poder econômico, é impossível vencer a ditadura do grande capital e quebrar o circuito fechado que combina capitalismo e barbárie.

Atuando pela linha de menor resistência,

a “solução Trump” procura um meio de compensar o impacto perverso da crise sobre a pequena burguesia e setores do proletariado duramente penalizados pela modernização tecnológica através de um aumento da exploração do conjunto da força de trabalho, sobretudo de seus segmentos mais vulneráveis, e de políticas imperialistas que exacerbam ainda mais o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista.

Ainda que exista grande incerteza em relação à natureza efetiva das medidas que serão tomadas pelo seu governo, a julgar pela

No plano interno, a escalada das ações contra os imigrantes e o aprofundamento da desregulamentação apontam para uma violenta ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, as políticas sociais e o meio ambiente.

consigna de sua campanha - “make America great again” - e pelo perfil reacionário e privatista de seus colaboradores diretos, o Estado norte-americano deve intensificar seu caráter antisocial, antinacional e antidemocrático. Privilegiando iniciativas unilaterais e arbitrárias em detrimento de negociações por meio dos canais institucionais estabelecidos, a administração da crise pela socialização dos prejuízos - a essência da estratégia até então em curso - deve sofrer um giro xenófobo, nacionalista e autoritário.

No plano interno, a escalada das ações contra os imigrantes e o aprofundamento da desregulamentação apontam para uma violenta ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, as políticas sociais e o meio ambiente.

Externamente, a perspectiva de uma guinada protecionista sinaliza que haverá um recrudescimento do caráter neomercantilista da política norte-americana de reorganização da ordem econômica internacional.

Nenhuma região do globo passará incólume pela aventura de Trump à frente do império norte-americano. As economias que

fazem parte do elo fraco do sistema capitalista mundial, como é o caso da América Latina, sentirão seus efeitos perversos em dobro. Mesmo reconhecendo que o mundo entrou num período de grande turbulência e que o futuro é imponderável, não é difícil prever os efeitos imediatos do governo Trump sobre o Brasil.

Ao comprometer o desempenho do comércio internacional, a proteção a qualquer custo da indústria norte-americana prejudica diretamente o dinamismo das exportações brasileiras - o único componente da demanda agregada que não está submetido às fortes pressões depressivas responsáveis pela maior crise econômica da história moderna do país.

612 bilhões ativos financeiros de altíssima liquidez, a economia brasileira encontra-se particularmente vulnerável à ameaça de uma saída maciça de capitais em busca praças financeiras mais seguras. O constrangimento que a elevada vulnerabilidade externa cria para a gestão da política cambial, monetária e fiscal representa um complicador adicional à já precária situação econômica do Brasil.

A intenção de restringir drasticamente a imigração e promover uma escalada da política de deportação de estrangeiros em situação ilegal fecha as portas a uma das pouquíssimas válvulas de escape para a gigantesca crise social que afeta a América Latina - a busca desesperada de uma nova oportunidade pela emigração aos Estados Unidos.

a promulgação da doutrina Monroe no início do século XIX, considerada zona de influência exclusiva dos Estados Unidos.

O resgate fundamentalista de Trump da doutrina do destino manifesto compromete o papel histórico da diplomacia brasileira como porta-voz velado dos interesses norte-americanos na mediação dos conflitos regionais na América do Sul. A nova situação joga uma pá de cal sobre a pretensão acalentada pelo Estado brasileiro de ter algum tipo de protagonismo nos fóruns internacionais. Com Trump, o Brasil volta a sua absoluta irrelevância histórica na geopolítica mundial.

Em suma, as mudanças provocadas pela chegada de Trump à presidência dos Estados Unidos devem agravar a crise econômica, intensificar a especialização regressiva do país na divisão internacional do trabalho, acelerar a desindustrialização, acirrar a crise social e aumentar dramaticamente a dependência externa.

Tudo converge para um aprofundamento do processo de reversão neocolonial que compromete a capacidade do Estado brasileiro de defender a economia popular e preservar os interesses estratégicos da Nação.

A incerteza decorrente da expectativa de que a política monetária norte-americana dê prioridade absoluta aos interesses internos, sem se importar com seus efeitos colaterais sobre a economia global, deve aumentar a instabilidade do sistema capitalista mundial.

O fato é tanto mais grave quando se leva em consideração que os Estados Unidos constituem o principal parceiro comercial do Brasil, tanto em termos da qualidade - a maioria produtos manufaturados -, como em termos quantitativos, já que o mercado americano representa cerca de 1 de cada 7 dólares gerados pelas exportações brasileiras e, desde 2015, é a região onde as vendas mais crescem. Considerando que parcela significativa da indústria brasileira é redundante com o parque industrial norte-americano, é razoável supor que o sucesso de sua reindustrialização terá como contrapartida a aceleração da desindustrialização brasileira.

A incerteza decorrente da expectativa de que a política monetária norte-americana dê prioridade absoluta aos interesses internos, sem se importar com seus efeitos colaterais sobre a economia global, deve aumentar a instabilidade do sistema capitalista mundial.

Com um Passivo Externo Líquido da ordem de US\$ 1.178 bilhões - , sendo US\$

Com um contingente de imigrantes estimado pelo Itamaraty em 1 milhão de pessoas, os brasileiros - estigmatizados por Trump durante a campanha eleitoral como "fedidos" - serão alvos de perseguições e preconceitos. A possibilidade de que uma parcela deste contingente retorne ao Brasil põe em perspectiva uma pressão adicional sobre um mercado de trabalho que já conta com cerca de 12 milhões de pessoas em desemprego aberto e cerca de 40% da força de trabalho em situação de desemprego ou subemprego.

Ao contrapor a atuação das organizações internacionais, como ONU, OTAN e OMC, aos interesses estratégicos dos Estados Unidos e manifestar a intenção de exercer a dominação imperialista diretamente, Trump coloca em questão todo o arcabouço institucional da ordem internacional montada pelos próprios americanos no pós-guerra. A perspectiva de uma política externa pautada pelo unilateralismo e baseada na força bruta é uma ameaça direta à América Latina, desde



ANTE QUÉ COYUNTURA NOS ENCONTRAMOS

WIM DIERCKXSENS

Parece que hemos entrado en el Imperio del Caos, entendido como lo que resulta de la negativa a aceptar el propio declive hegemónico.

Parece que Obama lidió con la decadencia de Estados Unidos, como Gorbachov en la ex URSS. Con la paliza que recibieron los Demócratas en EE.UU., los perdedores principales son los globalistas, con los banqueros de Wall Street (City Bank, los Rothschild, etc.) y sus empresas transnacionales que operan en los países emergentes así como los principales medios masivos bajo su control (CNN, etc.). Con la pretensión de California, Hawai y Puerto Rico de separarse de la Unión de Estados parece anunciarse incluso la Perestroika en Occidente.

Las tendencias nacionalistas amenazan también la desintegración de la Unión Europea y se vislumbra un retorno al proteccionismo y nacionalismo. Al no prosperar los tratados de libre comercio empujados por Obama (ATP, el TTIP y TISA) un proceso de des-globalización se pone en marcha a menos que se lo impongan a la fuerza.

Todo sucede en un paisaje económico con alto riesgo de otra crisis financiera mundial

Es preciso saber que en Estados Unidos existe un Estado profundo o gobierno de sombra. Así como Clinton sufrió un ataque del Estado Profundo en la recta final de las elecciones cuando el FBI presentó nuevos

correos electrónicos relacionados con el mal manejo de información clasificada, también Trump puede ser comido por el omnipotente 'Deep State'.

Al asumir Trump la presidencia las tasas de interés subirán porque necesita dinero rápido para su proyecto de invertir un millón de millones de dólares en infraestructura. Es un proyecto que constituye un genuino neo-key-

nesianismo anti-neoliberal que conllevará a la des-globalización.

Con aumento en las tasas de interés, en el entorno de una inmensa pirámide invertido de crédito y deudas, otra gran crisis financiera global se pondrá en marcha. La nueva política económica no podrá evitarla, pero los globalistas sí podrían hacerle responsable a la administración Trump por el caos que resulte de ello.

En semejante coyuntura el capital financiero globalista (el verdadero responsable de la especulación financiera) se presentará como los salvadores del caos global. Ante la tesis que los nacionalismos solo generan caos, racismo, xenofobia y hasta fascismo, trabajan para poner nuevo orden en el mundo, con un proyecto del Estado Global que estaría por encima de las naciones e incluso por encima de los EE.UU. Para lograr su cometido no se

puede descartar en este contexto un golpe, la ley marcial para no mencionar la eliminación física del nuevo presidente.

Lo prioritario en este contexto es lograr que se conserve la paz.

No se olvide que ahora, si algo se rompe, estamos en pie de guerra, todos contra todos. No está nada claro que exista una red de seguridad internacional. Y ni Trump ni nadie puede estar seguro de que no la necesitará. La salida más sensata en el momento parece ser ir por un nuevo orden multipolar con diferentes regiones en el mundo sin guerra. La paz mundial tiene también su precio cuando China y Rusia, deberían ser solidarios y ayudar incluso a Estados Unidos a salir de su marasmo civilizatorio y económico.

En un mundo multipolar más proteccionista se erosiona el comercio internacional. La suma de las cuentas nacionales daría negativa, o sea, habrá decrecimiento económico a escala mundial y sin mayor perspectiva que

Parece que hemos entrado en el Imperio del Caos, entendido como lo que resulta de la negativa a aceptar el propio declive hegemónico

lo habrá en el futuro. Tal vez se anuncia una nueva era de decrecimiento estructural sin otra salida que la lucha social por otra civilización donde la re-producción de la vida colectiva está en el centro de nuestros valores y para lograrlo hemos de dar vida colectiva a las cosas que producimos. Solo así también podamos devolver la vida a la naturaleza y saber ser parte de ella.



LA UNIÓN EUROPEA EN 2017: TO BE OR NOT TO BE

LUIS ENRIQUE CASAIS PADILLA

El calendario político europeo reciente ha venido marcado por el ya famoso “Brexit”, la repetición de las elecciones presidenciales en Austria que se saldó con la victoria del ecologista Alexander Van der Bellen frente a la ultraderecha de Norbert Hofer y el reciente rechazo a la reforma constitucional propuesta por Matteo Renzi en Italia.

No satisfechos con este último semestre, las consultas electorales previstas en países que representan aproximadamente el 40% de la economía europea, junto a otros hechos de envergadura, condicionarán los derroteros a seguir en el corto plazo y a medio plazo pueden llegar a marcar el ser o no ser de la Unión Europea.

Francia afronta en mayo unas elecciones donde los votantes deberán escoger principalmente entre extrema derecha (Frente nacional), derecha extrema (Republicanos) y derecha de toda la vida (socialdemócratas). Cada partido ha elegido a los candidatos más a la derecha que ha podido encontrar. Junto a la ultra Marine Le Pen, Los Republicanos presentan a un conservador declarado admirador de las políticas de Margaret Thatcher, François Fillon, y Manuel Valls, el ministro que aprobó por decreto la mayor y más protestada reforma laboral, intenta hacerse con la candidatura de los socialistas.

Previamente, en marzo, Holanda celebrará sus elecciones generales, donde actualmente encabeza los sondeos el Partido de la Libertad (PVV), liderado por el xenófobo Geert Wilders, que se presenta con un programa electoral de una sola página para el

periodo 2017-2021 titulado “Holanda es de nuevo nuestra” en el que se recogen 11 puntos prioritarios, la mayoría de los cuales se centran en lo que Wilders denomina “desislamización” del país.

Tanto Francia como Holanda son miembros fundadores de la Unión, y sus candidatos de extrema derecha ya han anunciado que en caso de llegar al poder someterían a referéndum la permanencia en la Unión. Según muchos analistas políticos, muy difícilmente la UE aguantaría una nueva salida de un país miembro.

El colapso del bipartidismo está siendo monopolizado por la extrema derecha con un programa político y social basado en un nacionalismo excluyente y xenofobo frente al ideal de convivencia que otrora defendió la Unión Europea.

Por su parte, la crisis en Italia no hizo más que comenzar con el fracaso de Renzi en el referéndum, por lo que Italia, al menos teóricamente, debería enfrentarse a unas nuevas elecciones. Este caso es diferente: la posibilidad de que el Movimiento 5 Estrellas (Movimiento 5 Stelle, M5S) pudiera alcanzar el poder frena esta opción. De momento, ya han impuesto a Paolo Gentiloni, aristócrata romano y ministro de Relaciones Exteriores del gobierno Matteo Renzi, como nuevo primer ministro. Y al igual que su antecesor, no ha sido elegido en las urnas. En Italia la democracia da miedo. Y en Europa da la sensación de que sólo preocupan los populistas

de extrema izquierda, como despectivamente insultan diariamente los medios oficiales a las opciones políticas que defienden medidas sociales más justas y con un mayor reparto de la riqueza. Mientras tanto, la extrema derecha no parece sufrir esta persecución mediática.

En septiembre de 2017 Alemania tendrá elecciones parlamentarias. Los expertos tienen la vista puesta principalmente en los estados federales de Mecklemburgo-Pomerania Occidental y Berlín, donde los euroescépticos del partido Alternativa para Alemania (AFD) pueden obtener el mayor número de votos.

Además, durante el otoño de 2017 se esperan elecciones en Croacia, Hungría, Rumanía, Lituania y la República Checa. Países donde también existe una alta probabilidad de que se produzca un gran avance de los partidos euroescépticos y de extrema derecha.

Pero durante el próximo año no sólo tenemos elecciones en la UE. En marzo se espera el final de la política expansiva del Banco Central Europeo.

Si a esto unimos las posibilidades de que

la Reserva Federal de Estados Unidos revise al alza los tipos de interés, el problema bancario de la Unión se pondrá todavía más caliente. Recordemos la comprometida situación actual de la banca italiana, con la Banca Monte dei Paschi di Siena a la cabeza, y la mucho más problemática situación del Deutsche Bank; banco calificado de Riesgo Sistémico y con urgente necesidad de recapitalización debido a la doble burbuja inmobiliaria y crediticia que padece.

En el mismo mes de marzo se espera la invocación por parte de la primera ministra británica, Theresa May, del artículo 50 del Tratado de la Unión, dándose así el inicio oficial

de las negociaciones para la salida del Reino Unido. Todo esto, si la resolución judicial pendiente no lo impide. Tal y como está la economía británica, europea y mundial, bien pudiera darse que el tribunal designado decida parar el desarrollo de estos acontecimientos y esperar momentos menos comprometidos.

A todo esto súmese que en Bruselas da la sensación de que no haber vida inteligente. La Comisión Europea sigue empecinada en provocar la ira de los ciudadanos con sus políticas antidemocráticas. Como ejemplo, la última idea brillante que acaba de lanzar la comisaria europea de Mercado Interior, Elzbieta Bienkowska, es dejar exento el gasto militar a la hora de calcular el déficit público. ¿Cómo se justifica que se pueda “perdonar” el déficit que genere el gasto militar y no el gasto necesario en salud, educación, creación de empleos, asistencia a los más desfavorecidos, etc.?

Después de años de recortes y crisis lo que sería increíble es que los ciudadanos siguieran apoyando las opciones políticas tradicionales.

El colapso del bipartidismo está siendo monopolizado por la extrema derecha con un programa político y social basado en un nacionalismo excluyente y xenófobo frente al ideal de convivencia que otrora defendió la Unión Europea.

La inacción del sistema ante esta situación, al igual que ocurriera en los años 30 del pasado siglo, supone una muestra vergonzante de lo poco que les preocupa a las élites europeas estas opciones políticas. Probablemente porque es visto como una solución en su intento desesperado por mantener las tasas de valorización de los capitales.

Por el contrario, la toma del poder de partidos llamados despectivamente populistas de extrema izquierda, o la simple posibilidad de revueltas que pudieran encender la llama de conflictos mayores, sí preocupa y mucho. Esta es una de las causas del importante ascenso de la represión política, social, policial y judicial que se vive en toda Europa.

EL INGRESO DE COLOMBIA A LA OTAN

CAROLINA JIMÉNEZ

El pasado 23 de Diciembre el presidente Juan Manuel Santos anunció que la OTAN aceptó la solicitud del Estado Colombiano para establecer un Acuerdo de Cooperación Estratégica y Militar. Este anuncio tiene como antecedente el Acuerdo de Intercambio y Seguridad de Información firmado en Bélgica el 6 de Junio de 2013, ratificado por el Congreso de la República en 2014 y declarado inexecutable por la Corte Constitucional al año siguiente. Al decir del Ministro de Defensa de la época a través de este acuerdo se buscaba,

“tener acceso a conocimiento, experiencia, buenas prácticas en materia de misiones de paz, misiones humanitarias, derechos humanos, justicia militar, procesos de transformación y mejoramiento del sector de defensa y seguridad, además de ayudar en la lucha contra el narcotráfico”.

Así las cosas, se trataría desde la perspecti-

como uno de sus objetivos estratégicos que el país sudamericano se constituyera en un aliado para combatir “la delincuencia transnacional y otras amenazas” a la seguridad hemisférica.

Esto es, un territorio para el control geo-estratégico de un continente que durante la última década había puesto en cuestión la capacidad hegemónica de los EEUU. De ahí, el amplio rechazo que generó el acuerdo en los gobiernos boliviano, venezolano, ecuatoriano y brasileño.

En su momento, estos gobiernos señalaron que este acuerdo ponía en cuestión la integración regional y los acuerdos establecidos en el marco de la CELAC y UNASUR a través de los cuales se reconoció a América Latina y el Caribe como zona de paz. Así, la condición de “aliado extra-OTAN” fue catalogada como una amenaza a los equilibrios

El acuerdo Colombia-OTAN de 2013 tenía como uno de sus objetivos estratégicos que el país sudamericano se constituyera en un aliado para combatir “la delincuencia transnacional y otras amenazas” a la seguridad hemisférica.

va gubernamental, de una cualificación de las FFMM colombianas en asuntos de operaciones humanitarias y de paz.

El acuerdo Colombia-OTAN de 2013 tenía

geopolíticos alcanzados en la región, para Atilio Boron esta iniciativa tenía unas graves implicaciones en tanto conducía a,

“tensar la cuerda de las relaciones colombo-ve-



nezolanas; amenazar a sus vecinos y precipitar el aumento del gasto militar en la región; debilitar a la UNASUR y la CELAC; alinearse con Gran Bretaña en el diferendo con la Argentina por Las Malvinas, dado que esa es la postura oficial de la OTAN. Y quien menciona esta organización no puede sino recordar que, como concuerdan todos los especialistas, el nervio y músculo de la OTAN los aporta Estados Unidos y no los otros estados miembros, reducidos al triste papel de simples peones del mandamás imperial. En suma: una nueva vuelta de tuerca de la contraofensiva imperialista en Nuestra América.”

Este nuevo anuncio del presidente Santos revive algunos de los temores señalados tres

Este nuevo anuncio del presidente Santos revive algunos de los temores señalados tres años atrás, aunque en un contexto regional menos favorable para frenar los embates imperialistas de esta fuerza político-militar.

años atrás, aunque en un contexto regional menos favorable para frenar los embates imperialistas de esta fuerza político-militar.

Esto a razón del giro a la derecha en Argentina y Brasil y su firme propósito de debilitar los procesos de integración regional, el caso de Venezuela ante el MERCOSUR es ilustrativo de esta cuestión. También, debe leerse este acuerdo como un intento por frenar los espacios ganados en los últimos años por Rusia en la región.

Por eso, es importante el comunicado del gobierno venezolano manifestando su rechazo a dicho anuncio,

“El Gobierno venezolano se opone firmemente ante el intento de introducir factores externos con capacidad nuclear en nuestra Región, cuyas actuaciones pasadas y recientes reivindicán la política de la guerra (...) Este

anuncio desvirtúa los principios de Bandung que dieron origen al Movimiento de Países No Alineados (Mnoal), que prohíbe expresamente a sus Estados Miembros formar parte de alianzas militares.”

Ahora bien, es importante señalar que aunque este anuncio va en contravía de los anhelos de paz del pueblo colombiano y de Nuestra América y de los importantes espacios que abren los acuerdos de paz con las insurgencias, no implica, en sí mismo, un freno a lo allí acordado.

Los Acuerdos alcanzados con las FARC-EP son de una gran envergadura política ya que generan condiciones de posibilidad para que se desate la lucha popular en unas condiciones más favorables.

Por esa razón, es fundamental que el movimiento popular y la sociedad civil en general exijan la implementación de todo lo acordado. De igual modo, el gobierno de Juan Manuel Santos debe asumir con férreo compromiso la defensa de la vida de nuestros líderes y lideresas sociales que están siendo sistemáticamente asesinados y amenazados por grupos paramilitares y un sector de la clase dominante enemiga de la paz. Son muchos retos y desafíos a los que nos enfrentamos, por eso saludamos el esfuerzo que hacen los ciudadanos y ciudadanas del

Los Acuerdos alcanzados con las FARC-EP son de una gran envergadura política ya que generan condiciones de posibilidad para que se desate la lucha popular en unas condiciones más favorables.

Movimiento Político “Voces de Paz y Reconciliación” en procura de la construcción de una paz estable y duradera.



MÉXICO BAJO EL NEOFACISMO DE DONALD TRUMP

JOSEFINA MORALES

La crisis de régimen por la que atraviesa nuestro país, enfrenta el precipicio que abre la designación del nuevo presidente de Estados Unidos –fraudulento millonario que no paga impuestos, racista, machista, neofascista- que llega al gobierno a pesar de que la candidata demócrata lo superó por cerca de tres millones de votos y ha conformado un equipo de militares y millonarios de Wall Street y del petróleo que no reconocen el calentamiento global, impulsan la energía fósil y se proponen renovar el armamento nuclear.

Con Donald Trump, miembro destacado del especulador sector inmobiliario que en 2015 representó 13.1% del PIB de Estados Unidos, superando al 12.0% de la manufactura, se exhiben las agudas contradicciones en la élite estadounidense.

Una de sus fracciones busca en el nacio-

los acuerdos de libre comercio con el Tratado Transpacífico, es cambiar el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), en particular con México, privilegiar acuerdos bilaterales e imponer un neoproteccionismo comercial. Al mismo tiempo que se propone expulsar a millones de trabajadores mexicanos sin documentos y construir un muro en la frontera con México.

La respuesta del gobierno mexicano a la crisis ha privilegiado la renovación de las políticas neoliberales y un creciente endurecimiento represivo que se entrecruza con la guerra contra el narcotráfico y militariza al país que llega a un clímax de violencia desbordada en las últimas semanas del año al tiempo que busca cambios constitucionales para redefinir el papel de las fuerzas armadas en la seguridad interna.

Con Donald Trump, miembro destacado del especulador sector inmobiliario que en 2015 representó 13.1% del PIB de Estados Unidos, superando al 12.0% de la manufactura, se exhiben las agudas contradicciones en la élite estadounidense.

nalismo económico frenar la globalización enarbolada, en gran parte por ellos mismos, desde hace tres décadas. Asimismo muestra una fractura social que emerge brutal entre los sectores precarizados con el racismo exacerbado que encuentra en el otro al culpable del deterioro de sus condiciones de vida.

La propuesta para enfrentar el crecimiento de China en la economía mundial, a diferencia de Obama que planteaba profundizar

La globalización y TLCAN reprodujeron la dependencia estructural de nuestro país y conformaron un capitalismo neocolonial en el que México ha perdido su soberanía nacional: de la pérdida de la soberanía alimentaria a la monetario-financiera y a la de seguridad nacional. Crítica es la situación energética que nos ha llevado a una creciente importación de gasolina, hoy desabasto especulativo ante la liberalización, entrega del petróleo al capital extranjero.

La economía mexicana se ha insertado a la cola de la estadounidense, con las grandes corporaciones transnacionales que producen, para ese mercado, mercancías de bajo precio a partir de la sobreexplotación de más de 2.5 millones de trabajadores mexicanos.

El comercio exterior mexicano, dominado por las transnacionales, ha mantenido el déficit estructural característico de las economías dependientes, sólo durante los primeros siete años de tratado de libre comercio fue positivo. Lo que sí ha presentado es un superávit con Estados Unidos y un déficit con el resto del mundo.

Las exportaciones a Estados Unidos se multiplicaron seis veces y en 2015 alcanzaron 308 788 millones de dólares, 85% del total, mientras las importaciones se diversificaron a partir del 2000 cuando Estados Unidos todavía concentraba cerca de las tres cuartas partes del total y menos de la mitad en el último año, mientras las de Europa alcanzaban 11.1% y 34.3% las de Asia, correspondiendo a China más de la mitad de éstas.

En México, la Inversión Extranjera Directa que soporta este capitalismo exportador, superó los 350 000 millones de dólares entre 1999 y el tercer trimestre de 2016, cerca de la mitad nueva inversión y una tercera parte destinada a la adquisición de empresas mexicanas. La de Estados Unidos bajó de representar 72% de la total al 45.9% en esos años, concentrada en la industria automotriz. Parte la inversión y de las importaciones no estadounidenses fueron para productos que serían exportados a Estados Unidos.

Los flujos financieros son crecientes y van en gran parte a los bonos públicos que han multiplicado la deuda interna en los últimos años.

La deuda pública total representa más de la mitad del PIB y con la privada externa supera el 60%.

Desde 2015 se registra un proceso de deterioro de la balanza de pagos con la caída de los precios del petróleo, el menor crecimiento de las exportaciones y el cambio de la política monetaria de Estados Unidos.

Esto provocó a lo largo de 2016 mayores flujos especulativos de entrada y salida y un continuo proceso devaluatorio del peso mexicano que cayó de 13.9 pesos por dólar en noviembre de 2014 a 16.6 en 2015 y a 20.6 en 2016.

El otro factor determinante en la economía nacional, amenazado por la política de Donald Trump, es el de las remesas enviadas por millones de trabajadores mexicanos que sin papeles laboran en condiciones de precariedad en Estados Unidos. Entre 1995 y 2015 llegaron al país 334 880 millones de dólares por remesas y desde 2015 han superado a los ingresos petroleros.

La respuesta del gobierno mexicano ante las amenazas racistas de expulsión de millones de trabajadores mexicanos sin papeles, la construcción de un muro en la frontera que deberán pagar los mexicanos y el neoproteccionismo es casi inexistente. Acepta sumiso las amenazas y a lo más plantea buscar la modernización del TLCAN.

Desde la negociación del TLC, a principios de los años noventa, varias voces señalaron lo lesivo para los trabajadores y para el país en su conjunto. El libre comercio no ha favorecido a los trabajadores mexicanos ni a los trabajadores de ningún país, los beneficiados han sido los grandes capitales transnacionales y financieros.

Hoy, los desafíos son mayores. El imperialismo afila sus garras y unilateralmente provoca la cancelación de inversiones transnacionales acordadas mientras el gasolinazo del primero de enero que responde a la entrega del mercado nacional de energéticos al capital, nacional y extranjero, ha desatado la protesta y la ira popular.

EL MERCOSUR EN LA ERA TRUMP

ANTONIO ELÍAS

Para realizar el análisis de cuáles podrían ser los impactos del gobierno de Trump sobre el Mercosur debe tenerse en cuenta, en primer lugar, que la economía mundial se encuentra en un punto de inflexión: la globalización está retrayéndose y es cuestionada en los países periféricos y en los países centrales. En efecto, genera desocupación estructural, precarización del trabajo y el descenso en el nivel de vida de amplios sectores en los países centrales y, como contracara, provoca la sobre explotación de la mano de obra en los países periféricos.

El programa económico de Trump está dirigido, en parte, a los desplazados de la globalización a los que les prometió reindustrializar los Estados Unidos para que haya fuentes de trabajo para los norteamericanos.

Con ese fin realizaría una política de sustitución de importaciones, cuyos principales instrumentos serían: aumento de los aranceles a la entrada de productos "maquilados"; redefinir y acotar los tratados de libre comercio, como el NAFTA; rechazar los tratados plurilaterales como el Transpacífico; bajar los impuestos y subsidiar a las corporaciones que vuelvan a producir dentro de los Estados Unidos.

Para aumentar el nivel de actividad realizaría un shock de demanda tipo keynesiano a través de grandes inversiones en infraestructura financiada en parte por el Estado y en parte por el sector privado, la asociaciones público privadas. La expulsión de los trabajadores inmigrantes "ilegales" -que tienen menores salarios y prestaciones- es otra de las

medidas para favorecer a la mano de obra local. Todo esto enmarcado en un discurso xenófobo, básicamente contra mexicanos y musulmanes.

Otro punto de su plataforma de indudable importancia es su rechazo a los acuerdos contra el calentamiento global y su decisión de utilizar al máximo las energías tradicionales, incluido el fracking.

El Mercosur en la periferia

Con la profundización de la crisis han caído sustancialmente los precios de los productos primarios que exportan los países periféricos y se procesa un debilitamiento económico de los mismos y un empobrecimiento creciente de las clases subordinadas.

Complementariamente se está revalorizando el valor del dólar y su papel como principal moneda internacional mientras pierden peso las monedas que se plantearon como alternativas, caso del Euro, y se deprecian las monedas de los países periféricos.

En ese marco el Mercosur fue severamente afectado con el cambio de ciclo de los precios de sus exportaciones lo cual produjo procesos recesivos en las principales economías del bloque: Argentina y Brasil.

Las políticas de conciliación de clases impulsadas por los gobiernos progresistas decayeron fuertemente por la falta de recursos para atender simultáneamente los requerimientos de los trabajadores, los capitalistas y amplios sectores de la población desocupada o con trabajos precarios que dependen bá-

sicamente de las políticas sociales. Por supuesto, a todo lo anterior debe sumársele la corrupción y el burocratismo.

La derecha retomó el gobierno en Argentina, Brasil y Paraguay con posiciones claramente favorables a la firma de acuerdos de libre comercio con los Estados Unidos y, consecuentemente, a la expulsión de Venezuela del Mercosur, habilitado por la abstención de Uruguay que podría haber vetado esta decisión.

La relación económica

En primer lugar hay que señalar que ni el Mercosur como bloque, ni ninguno de sus países miembros, tiene acuerdos de libre comercio con Estados Unidos y sólo dos países, Argentina (1991) y Uruguay (2005) tienen tratados bilaterales de inversión con dicho país.

La Inversión Extranjera Directa (IED) de los Estados Unidos en los países miembros del Mercosur es relativamente baja, según lo reporta la CEPAL en su informe sobre la IED de 2016. A título de ejemplo, la mayor economía del bloque, Brasil recibe de Estados Unidos 14% del total de la IED, 22% de los Países Bajos y 50% de otros países europeos. En los casos de Argentina y Paraguay, la participación de la IED estadounidense, en 2014, es cercana al 40%; en Uruguay solo llega al 5%. Debe tenerse en cuenta que, aproximadamente, las tres cuartas partes de la IED que llega de Estados Unidos al Mercosur va a Brasil, otra cuarta parte a Argentina y solo un uno por ciento a Paraguay.

Las exportaciones del Mercosur a Estados Unidos llegaron en 2015 a 13,2%, lo que representa solo 2% del total de importaciones de los Estados Unidos. Así lo registró la CEPAL en el "Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe - 2016". Cabe destacar que los productos exportados son en su mayor parte bienes primarios que no desplazan mano de obra estadounidense y no serían afectados por las medidas proteccionistas.

A partir de estos datos, se podría conjeturar que las medidas que se prepara a im-

plementar Trump no tendrían un impacto económico directo y significativo sobre el Mercosur, aunque es muy probable que los impactos que estas políticas tendrán en México y Centroamérica lo afecten en forma indirecta.

Aspectos geopolíticos

Desde el punto de vista geopolítico, para la administración Trump el verdadero enemigo es China, tanto por lo que denomina "competencia desleal", como por la amenaza que significa la enorme masa de dólares en poder del gobierno chino.

Barak Obama también actuó frente a China como un "enemigo económico" a desplazar para lo cual impulso un conjunto de

El enemigo, por supuesto, será el gobierno de Venezuela y, obviamente, todos aquellos que fomenten el avance Chino en el continente.

La derecha política y los grandes grupos económicos que operan en el Mercosur - al igual que en los Estados Unidos - hubieran preferido que continuara la estrategia norteamericana basada en los tratados de "nueva generación" como el TPP que, según fue anunciado, sería rechazado por Trump. Con dichos tratados buscaban la profundización, hasta sus últimas consecuencias, del modelo de acumulación vigente, lo que implicaba la expansión del capital a los ámbitos que aún están en manos del Estado y la consolidación de una nueva estructura institucional favorable al capital transnacional.

En primer lugar hay que señalar que ni el Mercosur como bloque, ni ninguno de sus países miembros, tiene acuerdos de libre comercio con Estados Unidos y sólo dos países, Argentina (1991) y Uruguay (2005) tienen tratados bilaterales de inversión con dicho país

acuerdos plurilaterales que excluían a China, en particular el Trade in Services Agreement (TISA) y el Trans-Pacific Partnership (TPP) que restringirían la expansión comercial y la presencia de la IED China en el mundo.

La estrategia de Trump es mucho más confrontativa planteando un profundo distanciamiento comercial con China y una política de alianzas con Rusia y sus aliados para lograr la estabilidad en Oriente Medio garantizando el acceso al petróleo y reduciendo el flujo de refugiados. Busca, también, el acercamiento con todas aquellas fuerzas políticas europeas de derecha que tienen como bases sociales a los desplazados por la globalización, tales como los líderes del Brexit en Gran Bretaña y Marie Le Pen en Francia.

Con esa misma lógica sus aliados naturales en el Mercosur serán los países gobernados por la derecha - Argentina, Brasil y Paraguay - quienes han acordado la suspensión, paso previo a la expulsión, de Venezuela.

A modo de conclusión

La era Trump augura un proceso de agudización de las contradicciones entre los sectores ligados al capital financiero y las mega empresas transnacionales - principales impulsores y beneficiarios de la globalización - y sectores del capital que están ligados principalmente, aunque pueden ser transnacionales, a la producción para el gigantesco mercado interno norteamericano. El resultado de esa disputa incidirá, sin duda, en las políticas económicas y la inserción internacional del Mercosur, pero no afectará la alianza estratégica de las clases dominantes y la derecha política con el gobierno de Estados Unidos. Cualquiera sea la fracción ganadora la clase trabajadora de nuestro continente deberá enfrentar un acrecentamiento de la ofensiva del capital.



¿TRUMPONOMICS? UN TRIUNFO MÁS PARA EL NEOLIBERALISMO TARDÍO

JOSÉ FRANCISCO PUELLO-SOCARRÁS

Las sobrestimaciones acerca del proteccionismo inherente a las visiones económicas del entrante presidente de los EE.UU., Donald Trump, han pasado por alto que tales apreciaciones han sido construidas bajo el manto de la provocación mediática y al calor de la campaña por la presidencia de los EE.UU.

Uno de los principales responsables en propagar este tipo de galimatías, acogidos acriticamente por las predicciones proteccionistas en Trump –incluso, los vaticinios sobre una futura fase “anti-neoliberal” o “des-globalizadora”–, es Joseph Stiglitz, premio nobel en economía y principal asesor en temas de política económica y comercial de la campaña de Hillary Clinton.

aluditando especialmente a sus posiciones sobre los Tratados de Libre Comercio.

Resulta bastante curioso que, más allá de los panegíricos dedicados a Hillary Clinton o las descalificaciones hacia Donald Trump, Stiglitz haya siempre destacado que la oposición hacia esas “formas” de Libre Comercio era una línea mantenida por ambos candidatos.

Stiglitz constantemente subrayó que la diferencia entre Clinton (H) y su contendor estaba en el hecho que Trump: “va demasiado lejos” (*goes too far*) [<http://cnmon.ie/2fSWtS3>].

Para el caso puntual del Acuerdo Transpacífico (TPP, por sus siglas en inglés), tan-

Resulta bastante curioso que, más allá de los panegíricos dedicados a Hillary Clinton o las descalificaciones hacia Donald Trump, Stiglitz haya siempre destacado que la oposición hacia esas “formas” de Libre Comercio era una línea mantenida por ambos candidatos.

Varias entrevistas realizadas a Stiglitz se hicieron virales. Por ejemplo, cuando declaró que si tuviera la oportunidad de calificar los conocimientos básicos sobre economía del candidato Trump, le otorgaría una “F” –la más baja calificación según el sistema americano [<http://bloom.bg/2cVy1P7>]; también los pronunciamientos en los cuales Stiglitz insistió que Trump como candidato, o peor aún como presidente, sería: “(...) un riesgo muy grande para la economía global” [<http://bit.ly/2fRW58q>]; o, cuando afirmó que Trump: “(...) *es básicamente un proteccionista*” (énfasis propio) [<http://cnmon.ie/2fSWtS3>],

to Clinton como Trump efectivamente se pronunciaron en contra de este acuerdo, el cual ha venido siendo impulsado y defendido tenazmente por la administración de Barack Obama! (a la cual pertenece Hillary Clinton).

Pero ha sido el propio Stiglitz quien se ha pronunciado al origen –y, en adelante, cada vez que tuvo la oportunidad– calificando el TPP como: *outrageous*, una expresión que en español traduce: “indignante”, “vergonzoso”, “ultrajante”, “descarado”, “inaudito”, “monstruoso”.

Desde hace varios años, Stiglitz es re-

conocido como uno de los más acérrimos opositores a estos Acuerdos. No ha dudado calificarlos, en *El Espectador* el 13 de julio de 2013, como una “farsa” porque –en su opinión– en los EE.UU., no existe un “régimen de libre comercio “auténtico” sino uno “(...) dirigido, que coloca por delante los intereses empresariales”.

De hecho, las críticas realizadas al régimen de libre comercio “dirigido” –la farsa en términos de Stiglitz– aparecen para reclamar la necesidad de una versión “auténtica”, un libre mercado puro, como lo aclara el propio Stiglitz, como lo señaló Oppenheimer el 22 de agosto de 2009 en *El Colombiano*:

“Soy un crítico de la manera en que se han implementado ciertas versiones del capitalismo... Creo que el capitalismo irrestricto, la desregulación que fue uno de los ejes del capitalismo norteamericano desde el principio de la presidencia de Reagan, es una era que ha llegado a su fin... lo que realmente he defendido es una forma más pura de economía de mercado.”

Alrededor de esta matriz ideológica básica, casi paradigmática en los tiempos del neoliberalismo del siglo XXI, convergen –si bien con matices– las “críticas” a los tratados de Libre Comercio en las versiones de H. Clinton y D. Trump. Lo anterior de ninguna manera significa una crítica a la idea fundamental del neoliberalismo: el Libre Comercio (total), dos cuestiones relacionadas pero distintas.

La oposición frente a los acuerdos “dirigidos” siempre ha estado aguijada por sucesivas exaltaciones al Libre Comercio “justo” –tanto en Stiglitz (así se titula uno de sus libros sobre el tema, publicado en 2006: *Fair Trade for All / “Comercio Justo para Todos”*) como en Trump (*America needs ‘fair trade’ not ‘free trade’ / “Los Estados Unidos necesitan ‘comercio justo’ no ‘libre comercio’*) [<http://bit.ly/1npweVh>].

Lo anterior toma aún mayor fuerza cuando más allá de la coyuntura electoral en EE.UU., se advierte un tránsito fundamental en la perspectiva del capitalismo neoliberal hoy en vigencia:

a) El abandono de la desregulación como

presupuesto económico y político, el cual viene siendo no sólo criticado sino también desechado por el propio neoliberalismo (especialmente, gobiernos e instituciones internacionales como el Fondo Monetario, el Banco Mundial); y,

b) La institucionalización de la regulación (estatal) como el principio organizativo sine qua non para el buen funcionamiento del capitalismo de (libre) Mercado.

Aquí no debe confundirse regulación con intervencionismo estatal pues la primera aún es una planeación descentralizada basada en lógicas de mercado, especialmente en el ámbito internacional. Desde luego, las expresiones mercado “regulado” y “auténtico”, se conectan perfectamente.

Basta con echar una mirada a las “Posiciones” de la plataforma presidencial de Trump, titulada: Make America Great again (“Hacer nuevamente grande a los EE.UU.”).

En sintonía con el neoliberalismo de nuevo cuño (regulado), la visión de Trump para el tema comercial habla textualmente de negociar tratados justos.

Allí se evidencia que el horizonte de la regulación aplica no sólo para las líneas de política referidas a temas específicos -como el “Comercio” (position #15)- sino que engloba las visiones de la gran mayoría de los planteamientos.

En sintonía con el neoliberalismo de nuevo cuño (regulado), la visión de Trump para el tema comercial habla textualmente de negociar tratados justos.

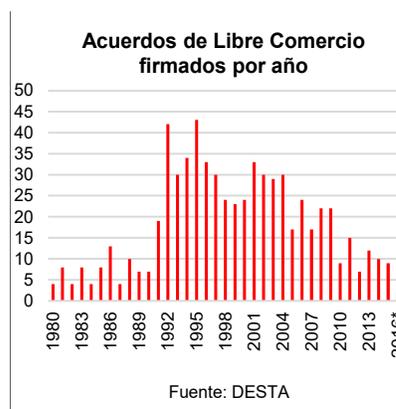
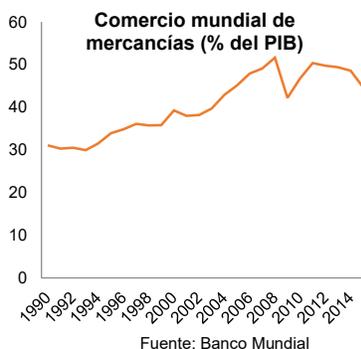
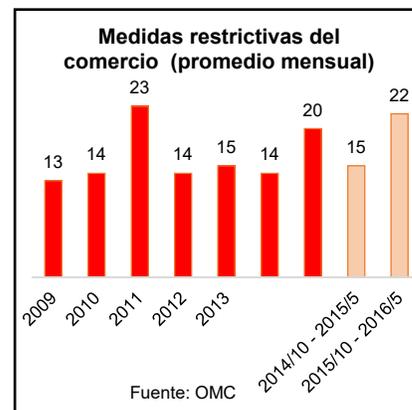
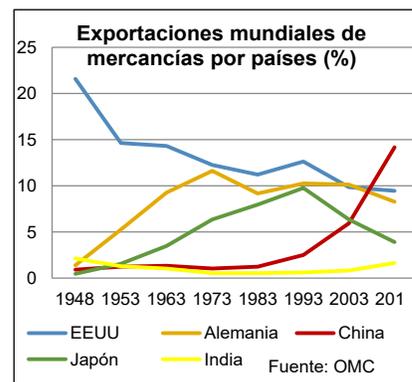
Y, aunque también incluye en uno de sus puntos “retirarse” del TPP -ratificado en su agenda para los primeros cien días de gobierno-, los demás puntos no suponen ni un regreso al “proteccionismo” ni tampoco un giro hacia la “desglobalización”. Mucho menos desarrollarán un perfil antineoliberal. Todo lo contrario. Lo reforzarán.

COMERCIO MUNDIAL

LUCAS CASTIGLIONI

En el Examen estadístico del Comercio Mundial de 2016 de la OMC, se vuelve a exponer el lento crecimiento del comercio. Una desaceleración que habla de la economía mundial, del peso de China en el comercio de bienes y también de las consecuencias de la crisis global iniciada en 2007/2008. “El año 2015 fue el cuarto año consecutivo en que el crecimiento del volumen del comercio mundial se situó por debajo del 3% y en que el comercio creció prácticamente al mismo ritmo que el PIB mundial”, señala el documento.

Después de la crisis internacional, la OMC empezó a publicar informes periódicos de “vigilancia del comercio”. En el último se apunta que por primera vez desde finales de 2013, el promedio mensual de medidas de facilitación del comercio es inferior al promedio mensual de medidas restrictivas. Aspecto que puede ser leído a partir de las negociaciones y firmas de Tratados de Libre Comercio (bilaterales, regionales y los mega-acuerdos) y complementarse con el análisis de los procesos políticos del 2016, en los dos países capitalistas centrales: el Brexit de Reino Unido y la victoria de Donald Trump en las presidenciales de Estados Unidos.



EL LEGADO DE FIDEL

POR JULIO C. GAMBINA

Con 90 años falleció Fidel Castro, símbolo de la mayor experiencia revolucionaria en nuestro tiempo y en el continente. Su vida está estrechamente vinculada con Cuba y la aspiración de construir el socialismo, en las antípodas del capitalismo, orden hegemónico del sistema mundial.

Vale resaltar la figura y la práctica de Fidel, por tratarse de una personalidad que intentó plasmar en la cotidianeidad la aspiración por una nueva sociedad, tal como formularan los clásicos de la revolución y el pensamiento crítico.

No se trata de la apología del líder revolucionario, sino del rescate de su contribución al pensamiento crítico, objetivo central de CLACSO y sus programas.

En el 2017 se cumplirán 150 años de la aparición del Tomo I de El Capital, máxima expresión del pensamiento de Carlos Marx. El propósito del pensador alemán apuntaba a la superación del régimen del capital, la explotación y el saqueo. Ese es el marco para pensar la práctica de la revolución y los ensayos experimentales realizados en su nombre, con los éxitos y fracasos, para de ellos aprender en su dinámica integral.

Quizá, el principal legado de Fidel sea su voluntad por construir anticapitalismo, especialmente gestando subjetividad (I) masiva y consciente por otro orden social, político, económico, cultural; construyendo desde la experiencia el programa (II) transformador y buscando en condiciones de bloqueo estadounidense y boicot capitalista la fuerza social y política (III) para el cambio.

En los tres aspectos, sujetos (I), programa (II) y fuerza sociopolítica (III), Fidel ensayó

reiteradas autocríticas y desafíos, intentando trascender el límite nacional, entre los que sobresalen en materia de debates contemporáneos, los encuentros sobre la deuda o para analizar los problemas de la globalización capitalista y el desarrollo

Primero para constituir sujeto popular consciente para el cambio revolucionario.

Segundo, desde la inicial concepción igualitarista a los recientes cambios económicos para ensayar procesos de producción y circulación económica que satisfagan las necesidades sociales con todos los límites de un país subdesarrollado.

Tercero, forjando la fortaleza organizacional ante la perpetua agresión imperialista y de las clases dominantes mundiales.

En Nuestra América se vive una situación de ofensiva capitalista contra nuestros pueblos, que tiene larga data, por lo menos desde el terrorismo de Estado ensayado en el cono sur y base de las políticas neoliberales generalizadas desde Inglaterra y EEUU con la restauración conservadora en los 80. Ahora, ante la crisis capitalista, emerge la combinación agresiva de la liberalización y el proteccionismo del BREXIT y Trump. Se manifiesta con restablecimiento de agenda hegemónica del poder mundial en varios gobiernos en la región latinoamericana y caribeña.

Por ello, la intelectualidad comprometida con los propósitos y anhelos de nuestros pueblos está desafiada a recuperar las prácticas de personalidades que hicieron propósito central de su existencia el intento de la crítica y la transformación social.

COMITÉ EDITORIAL:

**Gabriela Roffinelli,
Josefina Morales y
Julio Gambina**

Las notas son responsabilidad de los autores.

Diseño Editorial:
Verena Rodríguez

